

O internato que se tece: dísticos de uma congregação católica belga em Pernambuco (1891-1945)

RAMSÉS NUNES E SILVA *

O quadro mundial de conflito que era discursivo, como já apontamos, e que foi responsável pela construção da imagem dos internatos junto às esferas culturais cristalizadas em favor de dada educação, a ser implantada entre os séculos XIX e XX, prescrevia, independentemente da fundamentação, uma instrução confinada em muitas de suas agendas. Algumas delas transformadas em estandartes de luta entre as diversas alas da educação cristocêntrica.

Dado que, ao mesmo tempo, não é exatamente simples de inquirir, haja vista outros condicionantes que eram políticos, econômicos e sociais que acabavam por influenciar diretamente, àquela altura, a implantação de determinados quadros pedagógicos também de fundo cultural e de forma alguma neutros (CHARTIER, 1990:17). Este último aspecto, um elemento histórico, como entendemos ter sido, da mesma forma, a necessidade postulada para a fundação e manutenção de espaços de instrução denominados internatos, estando aqueles espaços apresentados como solução a múltiplos projetos. Entre eles, para os católicos, a fuga da secularização. Fenômeno este cada vez mais firme ao se transpor a fronteira entre os dois citados séculos.

Significativo é constatar que acabava mesmo em curso uma tentativa renovada de monopólio da instrução, lançado ou reforçado junto à representação do confinamento na condição de signo, fosse cristocêntrico ou, do contrário, laico (SCHUELER, 2008:6). Aspecto que acabou por desaguar em dispositivos marcantes de fixação de preceitos, encetados nos dispositivos e tecnologias educacionais que se queriam absolvidos (FOUCAULT, 1999:14-45). Especialmente se fossem legitimados por todo um cabedal de dísticos, representações e matrizes filosóficas. Aquelas, lembremos, construídas pelos intelectuais europeus que comporiam seus livros, moldando certo internato a partir de uma série de modelos.

Se a esfera do embate circunstancial contido ali, protagonizado em parte pela Igreja e também pelas forças intelectuais secular/laicas, a se desenrolar como verdadeira trama mundialmente, foi tecida por discursos afirmativos, ela também acabou se materializando

* UEPB (Universidade Estadual da Paraíba.), Doutor em História da Educação.

exatamente na concretude das ações que se desenvolveram no sentido de se construírem colégios a partir dos preceitos defendidos e universos culturais distintos, mas também muito próximos.

Afinal, a própria representação da secularização manifestada como base para a reação católica ao ensino laico, de forma múltipla, se reforçou ano a ano como dispositivo simbólico da implantação do liberalismo, da marcha pelo progresso e do evolucionismo, donde se moldava a interpretação da instrução como aporte que fixava aquelas demandas e que faziam congregações intelectuais se desenvolverem na fronteira do catolicismo, mas atentas às demandas secularizantes. Assim como o internamento educacional se moldaria à representação da sociedade que se normatizava secular.

Ali se queria a criança sob vigília, normatizada pela disciplinarização, ocupada pela vivência contínua sob o olhar de mestres e inspetores. Respirava-se “o ar do confinamento” (PERROT,1991:45), e a cultura constituída dentro e fora dele como postulado que atingia diversas iniciativas. Embora aos católicos e protestantes se destinasse uma ênfase acirrada daquela ordem discursiva, em meados do Oitocentos, sob pena de perda de territorialidade com as quais se ressentia a escola confessional da secularização.

Aspecto verificável na última década do século XIX (BARROS,1983:23; AZZI, 2008: 30-45) e nas primeiras décadas do século XX como disputabilidades de espaço, onde no Brasil os grupos escolares e liceus já se faziam presentes, mesmo que ainda não tão homoganeamente (PINHEIRO,1994:240), e onde os colégios cristocêntricos se queriam projetar dominantes. Tanto os dedicados à instrução de meninos quanto meninas. Bases sólidas para manifestação de repertórios afirmativos que, se muitas vezes se contrapunham, na maioria dos projetos, também se ajustavam às necessidades normativas impostas pelas legislações e atributos normativos implantados pelos regimes governamentais. Entre inúmeras disposições, as curriculares quando da implantação de disciplinas, tais como: física, química e biologia (CAMBI, 1998:400-411).

A partir das Encíclicas e da Militância católica de finais do século XIX, que entendemos legitimariam e valorizariam uma cultura instrucional de confinamento atuante, constituir-se-iam ações deliberativas que tinham como efeito uma resposta imediata na Europa àquelas preocupações pontificiais ¹ que também causavam impacto, entre as alas

¹ O Comunismo, a Maçonaria, o casamento civil, a laicização da instrução correspondiam a algumas das discussões levantadas pelo Vaticano seriam temáticas recorrentes nas encíclicas:

intelectuais católicas, sequiosas por espaço entre as estruturas de poder. Entre elas as lançadas sobre a esfera pedagógica, sendo a instrução carro-chefe de uma campanha pelo retorno à tutela eclesiástica dos assuntos que diziam respeito à formação. Nos círculos mais ortodoxos, também de uma legitimação expressa pela instrução da infalibilidade da autoridade clerical.

Fossem as alas conservadoras ou progressistas, ambas se embrenhava num caldo controverso que tentava ler a transição, apostando nas práticas inerentes ao novo momento. Estando, como estavam já prescritas, a escola católica e daí o internato como sustentáculos do front instrucional, voltados para o combate à secularização e laicização, distinguiu-se finalmente uma multiplicação dos esforços por criação, manutenção e expansão de espaços instrucionais sob as mais diversas nomenclaturas (MOURA, 2000, p.12). Principalmente após duros golpes impingidos pelo liberalismo revolucionário (CAMBI, 1999:399-400).

Não só no sentido de fundamentar e exortar a existência de simbologias e signos reforçando a escola cristocêntrica como antítese a escola laica, aspecto intenso, mas também no tocante ao esforço despendido pelas congregações europeias em se fazerem presentes fora do velho continente (BARROS,1981:33), (SANTOS, 2000:113). O grande empenho da Sé Romana, que havia se manifestado a partir da construção discursiva de uma escola católica como espaço de manutenção da moral confessional, enfim seria transformada em materialidade.

A transposição de instituições escolares católicas para o Brasil, e mais especificamente para cidades como Recife, decorreria como uma verdadeira onda de ocupação que desaguardaria nos portos da América Latina². Outra manifestação ligada àquela conjuntura seria a intervenção direta dos arcebispos na fundação de colégios diocesanos e congregacionais na tentativa de seguirem à risca os ditames consagrados pelas seguidas encíclicas³, servindo aqueles líderes como agentes dos interesses tanto da Sé romana quanto dos poderes locais.

Ação que seria centrada, no que representava uma tentativa de arrolamento de funções a serem reconquistadas àquela sociedade brasileira a laicizar-se, e que, até então, segundo o que argumentava a Igreja, depredava as funções secularmente destinadas a serem de competência desta instituição (AZZI,2008:11). Assim, por ocasião da proclamação da República e da

² O Porto de Recife seria de suma importância nesse aspecto, pela transitoriedade das congregações que desembarcando ali se deslocavam para outros estados.

³ Entre as principais encíclicas do período a versar sobre questões atreladas a instrução secular e confessional estavam: *Mirare Vos*, Papa Gregório XVI (Roma,14 Ago.1832), *Humanum Genus*, Papa Leão XIII (Roma, 20 Abr.1884), *Immortale Dei*, Papa Leão XIII (Roma, 1o.Nov.1885), *Vehementer Vos*, Papa Pio X (Roma, 11 Fev. 1906), *Pascendi Dominici Gregis*, Papa Pio X, (Roma, 02 de Fev.1907).

Constituição de 1891:

Segundo os prelados com a organização do Estado leigo, a partir da proclamação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço afim de reconquistar uma situação de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a ideia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano para recatolicizar o país (BARROS, 1981:123, grifos nossos).

De pronto: foi marcante a efetiva expansão das organizações eclesiásticas, mundo afora, e a respectiva fundação de uma cada vez maior quantidade de congregações vinculadas ao trabalho docente, bem como colégios ligados diretamente aos interesses dos governos pontificiais locais e regionais. Ao mesmo tempo, distinguia-se uma diversificação de searas conflitivas que poderiam atingir as pretensões de implantação da escola católica, donde um acirramento da transposição de uma quantidade expressiva de instituições religiosas em direção à América do Sul se manifestava. Não sem motivo:

(...) O vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina (...) (BARROS, 1981:34, grifos nossos).

Todo aquele aparato legitimador acabou transformado em tijolos e cimento, suficientes para enraizar aquelas instituições que se articulariam fora da Europa, tanto se aliando às deliberações episcopais quanto aos interesses de lideranças locais. Atributo usual enquanto práxis onde se planificaria – e realizaria – certa barganha na formação das elites agrárias e urbanas, sob a batuta de congregações dedicadas à instrução masculina ou feminina. Boa parte delas aceitando, por exemplo a subvenção de atividades instrucionais.

Não sem oposição, como no caso das instituições instrucionais protestantes, assistencialistas e benemerentes e respectiva imprensa secularista. Esta não poucas vezes dedicada à crítica aos colégios católicos. Aspecto contraditório, pois que se baseavam muitas instituições seculares ou laicas nas práticas de confinamento justamente como simbologia e como representação cultural.

O que evidentemente se diferenciava, naquele momento, era a profusão de iniciativas católicas, estimuladas, também contraditoriamente, a se adaptarem inclusive às realidades impostas pelas agendas republicanas e do liberalismo secularizante. Afinal, a própria Igreja brasileira estava dividida entre um clero quiçá liberal, dado a dialogar a partir de um discurso

centrado numa Igreja nacional, e outra mais preocupada em ratificar uma pretensão universalizante da Sé representada pelo ultramontanismo⁴. De significativo era a preocupação daquelas alas católicas com a tomada de espaço necessário à ratificação de seus preceitos dogmáticos pela instrução. O que acabou significando que:

(...) Impunha-se, ademais, a tarefa urgente de proceder a uma ampla reformulação dos conteúdos do apostolado católico, crescentemente obsoletos diante da concorrência das denominações protestantes que haviam logrado avanços consideráveis por conta da prestação de serviços educacionais e assistências (...)
(BARROS, 1981:34),

A manifestação no Brasil daquele arrefecimento católico, em várias frentes, a partir da presença no país de congregações dedicadas a instrução, representou fenômeno real ao se materializar como disposição que abria uma frente, mesmo que de âmbitos diferenciados, mais ou menos homogênea, no sentido de se instalarem novamente escolas católicas pelo território brasileiro. Especialmente no Nordeste, tanto nas capitais quanto no interior. Condição diferenciada do enclausuramento em que se encontravam educadoras e educandos nos chamados recolhimentos coloniais⁵.

Aspecto que se fez realizar marcadamente ao se reforçar e/ou reformar uma estrutura que também já existia sob condições específicas (GONDRA, 2008:80-95). A representação de culturas instrucionais de confinamento redimensionaram distinções enquanto base para as instituições totais que se representavam, no decorrer também e, especialmente, dessa nova conjuntura (GOFFMAN, 2003:45-60).

No Nordeste da transição, e em cidades que haviam acelerado seus processos de urbanização nos anos finais do século XIX, tais como Recife (GUERRA, 1992:123), na última metade do Oitocentos já estava a se manifestar a patronagem do Bispo Dom Manuel de Rêgo Medeiros a interceder junto ao Cardeal Antonielli, secretário de Pio IX, para voltarem os padres da Companhia de Jesus ao estado, e para ali fundarem um internato. No lugar do antigo liceu provincial funcionaria o primeiro internato jesuíta Oitocentista, denominado Colégio São Francisco de Sales⁶.

Um fator que, de outra forma, também delimitou a inclusão sensível da feminização e normatização do próprio catolicismo brasileiro (NUNES, 2001:491) que encetava a presença da mulher, circunstancialmente, sob a ingerência da autoridade clerical. Assim, toda uma

⁴ Movimento

⁵ Estavam em anexo aos conventos beneditinos, franciscanos capuchinhos, escolas internato de confissão católica.

⁶ Segundo Bello (1978, p.169) situado a Rua do Hospício, Recife. Estaria no centro dos conflitos da chamada "Questão Religiosa" que tornaria inviável a permanência dos jesuítas no Brasil, pelo apoio dado a D.Vital em sua empreitada.

conjuntura de reestruturação eclesial se fazia presente. Notadamente a partir da colocação em prática dos ditames prescritivos lançados pelas lideranças regionais da Igreja no sentido de propiciarem as melhores condições para a criação de nichos católicos que se dispusessem a proteger certa clientela discente e, se possível, terem seus internatos subvencionados. Ação que não ficou restrita à ordem discursiva. Afinal, a fronteira entre os universos sagrado e profano, respectivamente, se fazia complexa.

De qualquer forma, atendiam aquelas instituições ao chamado pontifício pela afirmação da confessionalidade da educação a partir de circunstâncias determinadas, mas também a fenômenos sociais que se manifestavam em curso. Entre eles, a distribuição e delimitação de um magistério feminino de base religiosa, a partir da arregimentação de freiras como educadoras. Fenômeno inclusive que já era efetivo mesmo antes de se apresentar em marcha uma feminização do magistério laico. As religiosas, passo a passo, saíam dos claustros e dedicaram-se a educação (NUNES, 2001:491).

Foi expressiva a arregimentação sob o escrutínio de intelectuais e lideranças, as mais diversas, pela implantação da tutela de seus filhos exercida pela figura da freira, que inclusive passou a ser vista como uma opção no sentido de representar uma imersão tutelada da mulher no mundo do trabalho ou em graus de instrução e relações de poder (NUNES, p.494). Se a mundaneidade fosse inevitável que fosse encaminhada a partir de bases católicas⁷

Da mesma forma, em detrimento da imagem discursiva criada por certos círculos intelectuais católicos ou secularistas do educador/padre, aquele ainda era presença firme nos liceus e escolas normais espalhados pelo país, característica mantida firme em estados como, por exemplo, Pernambuco e Paraíba do Norte. Somente a Igreja e seus agentes eram publicizados pelos círculos católicos como os detentores de uma legitimidade suficientemente reconhecível em matéria de administração da instrução.

O aparato educacional atrelado às instituições escolares católicas, enfim, se mostraria em pleno processo de implantação. No âmbito do reforço realizado pelos líderes da Igreja, entre eles Pio IX (1846 – 1878) e Leão XIII (1878 – 1903), em seus longos pontificados, responderiam prontamente salesianos, maristas, Irmãs dorotheias, Irmãs do *Sacre Couer*, Damas da Instrução Cristã, entre outras ordens, que foram fundadas na Europa e se instalaram em Pernambuco:

Dessas iniciativas, a mais carregada de efeitos para as mulheres foi a criação de

*uma rede formidável de escolas católicas, sob a direção de religiosas estrangeiras. O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais (NUNES, 2001, grifos nossos)*⁸.

O matiz patrimonialista, assim como as instâncias que se dispunham a aceitar e a promover a chegada ao Nordeste do Brasil, nos primeiros anos da República, de congregações como as Damas da Instrução Cristã, em Pernambuco, bem como a fundação de Colégios Salesianos condicionados a atenderem a iniciativa dos Arcebispados para uma demanda por escolas confinadas para meninos seria apenas uma das representações e manifestações às quais pertenciam a grande descontinuidade causada pela cultura que se queria cada vez mais reafirmar: a que se fizesse confinada.

Podemos daí identificar que por vias distintas se chegava a um denominador cultural em comum. Na instalação de congregações estrangeiras e na fundação dos colégios diocesanos se prontificavam as lideranças católicas, quer fossem bispos ou madres superiores representando suas congregações, a legitimarem aquele propalado universalismo dos colégios católicos como espaços de resistência ao mundo tornado secular.

Não podemos esquecer, todavia, que algumas condições díspares são determinantes nos processos de embate manifestados no trânsito das sociedades europeias com seus projetos de instrução. Já na realidade brasileira, com uma condição diversa, o quadro cultural era complexo.

Primeiro por serem as realidades estruturais e de relações de poder no velho mundo muito mais dicotomizadas, a exemplo: mundo liberal laicista versus mundo espiritual-clerical. No Brasil, essas mesmas relações eram cimentadas por certas continuidades onde os partícipes das estruturas de poder na República eram muitas vezes padres, que recentemente comungavam de privilégios na monarquia.

Outrossim era que a recepção das congregações se ajustaria a interesses muito mais centrados nas relações oligárquicas que independentemente das reformas pedagógicas e da reestruturação republicana patrocinada pelos sucessivos governos aderiria a cultura instrucional de confinamento. Da mesma forma, os colégios internos representativos das dioceses que acabariam por sedimentarem nichos de escolas secundárias dedicadas a reafirmar a necessidade de negar a laicidade da instrução como referencial.

⁸ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil, In: DEL PRIORE, Mary, **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2001.p.25.

O mesmo fenômeno que se constituía implicitamente na reafirmação apologética e na publicização do internato como solução de problemas morais para a sociedade que se afirmaria nos periódicos circulando entre os meios letrados.

As antigas províncias do Império, naquele momento estados da recém fundada federação, Pernambuco e Parahyba do Norte comungando de uma realidade agrária monocultora e de relações políticas centradas nas oligarquias são dois espaços em que a manifestação de exemplos daquele fenômeno de arregimentação católica pela fundação de colégios internos será profícua.

Dentro de um processo de reurbanização e desenvolvimento industrial que manteria Recife, e respectivamente Pernambuco, como um grande polo econômico no Nordeste, iniciada a República, e também como uma importante sede entre as novas arquidioceses que se criariam no intuito de arregimentação da catolicidade (FERREIRA, 1994:325-45), se instalaria uma das mais importantes instituições voltadas para a instrução das elites agrárias.

O internato das Damas da Instrução Cristã, fundado em 1896, a partir da congregação *Dames da Intruction Cretienne* (DIC), que iniciaria suas atividades em Olinda, seria exatamente um exemplo do processo de expansão das instituições católicas sob condições distintas, dentro da complexa rede de escolas que se fundariam na última década do século XIX e como entendemos dentro de uma propalada e recorrente imagem tecida para os internatos católicos, tanto pelos agentes intelectuais que os abordavam quanto pelos partícipes daquela educação enquanto discentes. Estes últimos e as respectivas instituições instrucionais ligados por uma cultura vivenciada no e pelos internatos.

Aquele que era um processo de desenvolvimento de espaços instrucionais aptos a receber um alunado católico se fazia presente contemporaneamente na esfera de um estado que possuía graves problemas estruturais, desde o Império, no que concernia à estrutura educacional proposta. Assim como nos informam os *Relatórios e-ou Mensagens*⁹ em suas partes dedicadas a instrução. Aspectos que não deixariam de concorrer, não de todo diretamente, com a estrutura católica que estava para ser montada, apresentasse ela um avançado aparato ou, do contrario, estivesse sendo instalada. Especificamente na diacronia dos processos de implantação de uma escolarização destinada a certa elite.

Aqueles mesmos a comungar preceitos que em certo momento se aproximavam:

⁹ MENSAGEM, ARAUJO, Joaquim Corrêa de, Pernambuco, 6 Mar, 1899, *Mensagens, Relatórios de Presidentes de Província e Falas oficiais* publicadas regularmente por ocasião da gestão pública, de carácter informativo, que eram explanadas pelos representantes governamentais e seus respectivos secretários de instrução pública.

"confinar para melhor instruir". Embora para os agentes do estado tornado laico o confinamento se apresentasse aquém da recatolicização que pretendia a Igreja e se vinculasse a discursos cívicos republicanos, higienistas.

Não é a toa que Joaquim Correa de Araújo, presidente do estado de Pernambuco, preocupado com o mau funcionamento da Escola Normal de Pernambuco no *Relatório* de 1899, destaca a necessidade e força que teria o confinamento como instrumental para o desenvolvimento de uma prática docente a ser aprendida e difundida entre professores em treinamento para a docência. Condição que o mesmo distinguia frente a escola que queria pública, como reforço aos ideias de civilidade e republicanismo. Falava do “lugar da laicidade”, embora soubesse já estar se constituindo um aparato concorrente que era sua antítese.

*A entrada para o magisterio, pelo simples concurso, conforme paragrapho unico do referido art. 18, tambem diminui o valor da Escola Normal, Desde os séculos 17 e 18 que se afirma que de nada serve abrirem-se escolas se preliminarmente não tiverem sido formado bons mestres.É tal a importancia d'esses requisitos, **que muitos dos países adiantados mantem as suas Escolas Normaes como internatos**, afim de melhor serem preparados os que se destinam à missão de ensinar (RELATÓRIO, 1889:23-24, grifos nossos).*

Com a política federalista e a respectiva condição de autonomia que a legislação republicana disponibilizava, a situação irregular no tocante a investimentos, sobretudo na educação, graçava como uma problemática crônica. Em Pernambuco, a existência de baixos salários, ausência de estrutura viável para funcionamento das aulas, bem como de um corpo docente capacitado se tornaram nos finais do século XIX, efetivos problemas para o bom funcionamento do papel que os gestores diziam ser necessário exercer o Estado no tocante à instrução. Certamente, os esforços clericais se delimitaram exatamente nesse vácuo de ausência do Estado. No advento da República e no transcurso do embate que se apresentaria entre os moldes laico e confessional para a instrução o internato era a melhor opção.

No tocante à implantação daquelas instituições no transcurso entre o Oitocentos e o século XX, Pernambuco já apresentava algumas instituições de grande importância, mesmo antes da chegada de congregações como as DIC em 1897, entre eles o Ginásio Pernambucano.

Para Silva (2003, p.42), aquele momento no interstício entre os dois regimes se configuraria como primordial na delimitação de frentes de ocupação católica dos espaços de instrução dados a confinar. Afinal, a opção por instituições disciplinares que se constituíssem no vácuo de certa inaptidão do Estado para instruir as elites urbanas e agrárias era um fator

que se somava ao movimento mundial de *patronage*¹⁰, um instrumental poderoso na fixação dos colégios Diocesanos e Congregações dedicadas a instrução de confinamento. Para Silva (2003, p.46):

Simultaneamente vários setores da Igreja passaram a demonstrar uma certa vitalidade, provocando o surgimento de uma série de novas congregações religiosas, sendo a maior parte delas dedicada a ações de assistência social caritativa, como é o caso das Filhas de Santana, fundação de Rosa Gatorno; a Obra de Santa Dorotéia, fundada por Paula Frassinete, ou de ações mais positivas no atendimento de jovens, em muitos casos preparando-os para o mercado de trabalho, como foi o caso da ação do padre João Bosco em Turim. O papa entende que o mundo moderno, secularizado, que exilou a religião, também exilou as normas sociais de solidariedade tradicionais, por isso se torna necessário uma intervenção da Igreja para um re-encaminhamento dos comportamentos e das normas sociais (SILVA, 2003:46).

Iniciada a década de 1890 e utilizando certa concórdia momentânea entre o Estado republicano e a Igreja (CURY, 2001: 123; SCHWARTZMAN, 1996:12 ; SILVA, 2004:38) as lideranças clericais se lançariam a manobrar no sentido de proverem suas dioceses de congregações e colégios diocesanos que se responsabilizariam pela manifestação dos preceitos romanizadores e ultramontanos de instrução. Inegavelmente, entre eles, os internatos. Uma cultura do confinamento e das *práticas de internar* se projetariam cada vez mais fortes, reforçados por uma sociedade do controle (DELEUZE, 1992:209-226).

A arregimentação papal feita por Leão XIII, no sentido de se constituírem tanto a fundação de congregações dedicadas a instrução católica, quanto o lançamento das mesmas em missão apostólica no Brasil, no combate a secularização de costumes, estaria na mesma seara de ações em que situava-se a fundação dos colégios Diocesanos que seriam reforçados por todo o território eclesiástico brasileiro. Acabavam sendo aquelas ações representativas de parte de uma dimensão combativa de natureza muito próximas. Incidiam diretamente sobre o inciso 72 da constituição de 1891. Especialmente naquela última década do século XIX quando, sobre designações diferentes, os católicos marcariam posição na afirmação do confinamento como instrumental educacional.

Evidentemente, com algumas disparidades, dadas às convergências de esforços e origem das respectivas intervenções, que eram de tempo e lugares diferentes, e em alguns aspectos estruturais e de fundamentação distintos. Uma dimensão de representação que se afirmaria sob estandartes correlatos embora fossem dedicados a instrução feminina ou

¹⁰ Fenômeno de arregimentação das ordens religiosas para iniciarem atividades de instrução. Durante a transição representaria uma das principais formas de cooptação realizadas pelos bispos para apoiarem a instalação de colégios internos na Europa e no Brasil.

masculina.

Aspecto que devemos identificar para melhor compreendermos certo grau de circulação de dados prescritivos, elementos normativos e aparatos de poder mais específicos e locais. A diferença recairia, entre outros aspectos, na dimensão das congregações femininas dotadas de constituições específicas coadunadas pelas encíclicas. Dentro desse espírito de combatividade e missionarismo se prontificaram aquelas instituições a deslocarem-se da Europa para o Brasil. Ali adaptando-se às condições materiais, políticas, e dentro da estrutura e hierarquia da Igreja, também diocesanas.

Todo um aparato fundamentado no apoio às lideranças diocesanas seria proporcionado pela facilitação protagonizada pelos bispos em carácter intervencionista donde atuavam como intermediários entre as deliberações do Vaticano e as congregações das donde acabavam como patronos. Na condição de Bispos seriam efetivamente, como representantes de Roma, como "agentes" exercendo plenos poderes para arregimentar congregações e instalá-las a serviço dos dispositivos atrelados à instrução prescrita pela Sé romana, que se propagavam intermitentemente, naqueles últimos anos do século XIX. Na Europa, papel que também era realizado por padres seculares a executarem funções de coadjutores dos interesses daqueles Bispos na "nova cruzada". Transformando a convocação daquelas instituições, a se lançarem à América do Sul, numa frente de combate aos modelos instrucionais considerados secularizantes.

Não significa que os objetivos se restringissem a essa missão, pelo contrário, estavam firmemente cimentados em relações muito mais complexas e constituídas ao longo da formação de uma estrutura sólida de alianças e programas muito bem definidos de "conquista de espaço". No Brasil, inclusive, significaria uma espécie de continuidade, sob outros condicionantes, das relações oligárquicas que já tinham fomentado uma ordem societária clerical de grande influência política (CARVALHO, 2003, p.45).

Algumas dessas relações se afirmando na fundação de bases de poder a partir de uma elite letrada que se formaria por intermédio das instituições católicas. Uma parte dela atuando futuramente nos cargos eletivos e de relações de poder, nas mais diversas esferas. Haja vista a grande parte de seus rapazes e moças ingressarem na vida política, bacharelística e religiosa na condição de padres, freiras advogados e políticos. Funções de alto prestígio na nova conjuntura que se avizinhava tanto na Europa quanto no Brasil. Um fenômeno comum à realidade da instituição educacional que resolvemos abordar, dentro de nossa análise sobre as

culturas instrucionais de confinamento.

As Dames D`Intruction Cretienne ¹¹, enquanto congregação dedicada a instrução, foi fundada a partir de um grupo de religiosas francesas de mesmo nome, que se instalaria em Gand, Belgica, no ano de 1808, ainda como instituto, onde iniciaram suas atividades de instrução na primeira metade do século XIX.

O internato enquanto dispositivo escolar ou instrumentalidade, constituindo todo um universo representativo, tecido pela catolicidade, ou pela laicidade, como um signo dado a representar-se, fazia parte da esfera de disposições construídas pela Congregação Damas como uma condição básica para funcionamento a contento daquela instituição, inclusive para sua manutenção. Sendo para tanto primordial sua instalação no Brasil em conformidade com os interesses da respectiva comunidade católica a que estaria vinculada.

Essa perspectiva ajustava-se ao franco desenvolvimento e expansão da iniciativa particular da instrução que se manifestaria em Pernambuco no ultimo decênio do século XIX BELLO (1978: 165). Condição da qual se beneficiaria também a congregação nos anos imediatamente posteriores a fundação da primeira *maison* da congregação. Em Olinda funcionaria o primeiro internato da congregação funcionando quase imediatamente após o desembarque das primeiras freiras missionárias lideradas por

Ação alinhada com o que se previa nas Encíclicas¹² e junto as lideranças católicas em Pernambuco. Aquelas mesmas que publicaram no período seguidas cartas pastorais convocando os católicos a aderirem a um projeto comum frente à secularização (RIBEIRO, 200, p.112). Não resguardando-se a Congregação, evidentemente, de cumprir com o aparato legislativo a que estava atrelada. Condição verificável com a procura por ajustamento da instituição às demandas prescritas pelo regime republicano para a instrução. Neste aspecto, corroborando um aspecto de nossa tese, de que mesmo validando prescrições culturais confessionais, afirmando o confinamento cristocêntrico não se dicotomizava de todo dos aparatos simbólicos da secularização. Pelo contrário.

Contradição fulcral na tessitura do confinamento enquanto representatividade cultural.

Ao instalar-se em Olinda, em seus primeiros dias, era de efetiva importância a sua intermediação em conjunto com a submissão de suas religiosas a dinâmica da diocese pernambucana, envolta nas disputabilidades de representação sobre o monopólio de uma série

¹¹ Denominadas em nossa tese a partir de agora pela abreviação DIC (Damas da Instrução Cristã).

¹² Entre elas

de nichos de poder em Recife, entre eles os escolares, dentro daquilo que Ribeiro (2009, p.112) chama de estratégias de mobilização da Igreja.

A congregação e suas escolas internato estariam projetadas, afinal, a se desenvolverem na dinâmica das relações entre os dispositivos do Estado e do interesse privado. Dificilmente só respondendo a uma das partes. Na manifestação da secularização da instrução estariam também a dispor do confinamento, mas atentas ao uso das instrumentalidades da laicidade constitucional, entre elas as da liberdade de culto, donde os currículos impregnados da romanização católica estariam a efetivar-se ¹³. Este apenas um dos vários simbolismos daquele hibridismo cultural. Exemplos se acumulam na profusa documentação manuscrita da congregação ¹⁴.

Os anos iniciais de atividades da congregação, que prontamente passariam a espaço próprio, no bairro de Ponte de Uchoa, seriam marcados pelo que percebemos ter sido uma estratégia de afirmação confessional, assim como adaptabilidade ao sistema secular instrucional do Estado republicano.

Não são poucas as festas denominadas "festas cívicas" donde o culto à bandeira se manifesta no internato. Nos *livros manuscritos da maison* de Ponte de Uchoa¹⁵, da mesma forma que são incluídas admoestações ao catolicismo, também são listadas especificações à observação das condições higiênicas dos dormitórios da *maison*, "*dentro dos padrões aceitáveis e prescritos pelos fiscais da instrução pública*" (LIVROS MANUSCRITOS, 1896:23-28). Da mesma forma: a inclusão de temáticas recorrentes vinculadas a festejos republicanos, entre eles o dia de Tiradentes. Comemorado sem alusões ao iluminismo ou ao processo revolucionário americano, como consta na ata das festa de 21 de abril de 1900 em Ponte Uchoa: "*Por toda a escola, de forma ordeira, internas e externas comemoram a grande festa da nação brasileira*".

Tal aspecto resvala no hibridismo da cultura de confinamento instrucional que se apresenta no Brasil e na América Latina (CANCLINI, 1997:283-350). Esta da qual é *manifestação e instrumento* o colégio internato que se reordena da maneira que pode frente à mundaneidade da secularização. Daí o internato e a instrução confinada localmente acabarem por ser uma entre as práticas a serviço de instituições que se manifestariam naquela nova

¹³ A primeira turma de internas no Colégio Interno a funcionar no Convento teriam como disciplinas a História Sagrada, Instrução religiosa, Francês, aritmética, Inglês, geometria, português.

¹⁴

¹⁵ Digitalizados em sua totalidade em nossa tese de doutoramento

conjuntura: remoendo apreço ou repulsa frente às condições culturais advindas do mundo secularizado e republicano. Aquele ambiente instrucional, com todo cabedal cultural e escolar, estava encetado na reinterpretação de condições muito específicas (JULIA,2001:10).

Especialmente no que tange a instrução que se devia desenvolver em nova conjuntura política, neste caso a republicana, e na qual agentes de dadas ordens societárias se esforçavam por se engajar. Entre eles: médicos, advogados, professores, religiosos e demais profissionais liberais.

Aliás, eram muitos deles inclusive partícipes da escola-internato na condição de leigos a ensinarem disciplinas impensáveis em conjunturas anteriores. Entre eles, professores de biologia evolucionista, química e física. Disciplinas constantes da escola-internato das *Damas* que vão, muito rapidamente, ser publicizadas como adequadas ao modelo estrutural e instrucional do Ginásio Nacional ¹⁶.

A equiparação normativa a partir da legislação instrucional como dístico, lembremos, seria potencializada como representação de "certa modernidade católica" da qual se tornou ponta de lança a expansão dos colégios da congregação Damas em meados dos anos 1910 e 1920. Expansão projetada e executada por uma estratégia de aliança entre os interesses particulares, governamentais e da Igreja.

A *maison* de Ponte de Uchoa, muito bem situada a partir de 1900 entre as zonas limítrofes de Recife, liderada pela madre Loyola Styeart ¹⁷ permaneceria num "estado de pêndulo" entre as designações específicas e ortodoxas disponibilizadas pelas práticas da romanização, que incluíam o combate sem trégua a qualquer simbologia não católica, e as adaptabilidades concernentes à realidade do Brasil.

Em Recife, a partir da escola internato de Ponte de Uchoa, a ratificação das práticas escolares alinhadas com a Santa Sé tornaram-se resolutamente, como não poderia deixar de ser, puristas. Ao mesmo tempo em que não se negavam a incluir uma série de atributos normativos e cursos para o internato que eram de demanda secular. Efetivamente eram também pleiteado o uso de instrumentalidades que estavam além dos muros dos colégios.

A congregação chegará ao século XX com o curso comercial e normal para meninas,

¹⁶ Instituição denominada Colégio Pedro II durante o Império e que normatizava as práticas instrucionais a se tornarem modelares por todo território nacional. Redenominada Ginásio Nacional retomaria a denominação do período imperial ainda na chamada Primeira República.

¹⁷ Foi uma das primeiras missionárias a aportar em Olinda, vinda da Bélgica. Era detentora de uma vasta biblioteca pedagógica. Entre os volumes livros de fundamentação doutrinária

por exemplo, funcionando a todo vapor em seus internatos. Aspecto que obedeceria a certa faceta da estruturação dos colégios que seriam fundados no âmbito de uma cultura escolar de fundamentação romanizada, mas estrategicamente atenta às possibilidades das instrumentalidades mundanas. Aspecto apresentado desde a fundação da primeira *maison* brasileira em 1896.

O século XX se abriria como uma porta para o desenvolvimento de representações do confinamento escolar à luz de novos significados agregados pelos reordenamentos necessários a sobrevivência ou manutenção da congregação. O que incluiria uma forte campanha publicitária para os internatos, a abertura de cursos como os de datilografia, normal rural e guarda livros. Todos eles do universo cultural/escolar dos internatos espalhados por Pernambuco e Paraíba do norte a partir dos anos 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: Terceira Época: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BARROS, Sergio Miceli de, **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**, Tese de Doutorado, Unicamp: SP, 1981, p.32

BELLO, Ruy, **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**, Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**, Rio de Janeiro: ,2003, p-82-187.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**, Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350

CHARTIER, 1990, p.17.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Cidadania Republicana e Educação**. Governo Provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DELEUZE, Gilles, Controle e Devir, In: **Conversações**, São Paulo. Editora 34, 1992, p.209-226

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Igreja e Romanização. A implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910). 1994. Tese (Doutorado em História) – USP.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Rio de Janeiro: Perspectivas S/A, 2003.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. Biblioteca Básica de História da Educação, v. 1, São Paulo; Cortez, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LIVROS MANUSCRITOS DA MAISON DE PONTE UCHOA, Recife, 1896:23-28).

MOURA, Laercio Dias de. **A educação Católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil, In: DELPRIORE, Mary, **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas aos grupos escolares na Paraíba do Norte**. 1822-1940. São Paulo: Autores associados. 2004.

RIBEIRO, Maria dos Santos, **História da Educação Brasileira**, A Organização Escolar, Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano dos. **Luzes e Sombras**: Internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, Internatos, Asilos e Instituições Disciplinares na História da Educação Brasileira, In: **Revista Contemporânea de Educação**, Faculdade de Educação: UFRJ, Rio de Janeiro, Jan/Jun, v.4, n.7, 2009, p.1-7

SCHWARTZMAN, Simon. **A política da Igreja e a educação**: o sentido de um pacto. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: FGV, 1986 p.5-127.

SILVA, Severino Vicente da, **Entre o Tibre e o Capibaribe**: Os limites do progresso católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Tese de doutorado, PPGH-UFPE, 2004.